

AS NOVAS PLATAFORMAS EDUCACIONAIS DA SEDUC: FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS DE APOIO OU CONTROLE DOCENTE?

Josiani Kely Milesk
Universidade Estadual Paulista, *Campus* Marília

RESUMO

Este trabalho apresenta breves reflexões sobre práticas de letramentos vivenciadas por sujeitos da rede pública estadual frente ao uso das novas plataformas digitais implementadas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC): “LEIA SP” e “REDAÇÃO PAULISTA”, a considerar observações e vivências à luz das fundamentações teóricas descritas. Origina-se de uma pesquisa inicial de doutorado, que objetiva tratar das implicações trazidas por uma perspectiva ‘empresarial-neoliberal’ crescente nas instituições de ensino estaduais e uma gestão escolar que se limita ao ‘acesso-inclusão-mediação’ nestas interfaces para atingimento de metas quantitativas. Como resultados parciais, o estudo aponta que a imposição quantitativa de produções — acessos/discursos/postagens - oblitera a dimensão qualitativa, cenário verificável na rotina dos sujeitos, somando-se aos problemas que orbitam a escola pública contemporânea. Entendemos que a padronização do processo instaurado pela plataformização é inócua sem a mediação e autonomia docente, mesmo porque o fluxo da aprendizagem não é padronizável. O controle a todo custo dos passos do professor só provoca o alijamento criativo dos sujeitos, o cansaço e a tendência à performatividade, forjando situações de aprendizagens “robotizadas” e sem lastro pedagógico.

Palavras-chave: Educação; Plataformização; Trabalho docente.

Introdução

As salas de aula da escola pública atual são constituídas por uma multiplicidade cultural, social e de letramentos, bem como das subjetividades identitárias que as integram. Neste contexto plural surgem necessidades educacionais bastante complexas, adensadas pelo mundo pós-pandêmico. Com as reformas da educação (FREITAS, 2012) se alargou o campo para a atuação das parcerias público-privadas, por meio de institutos, fundações e coalizões empresariais, cada vez mais atuantes no Brasil, logo, na educação paulista. Assim, vivemos a escalada de uma perspectiva ‘empresarial-neoliberal’ (DARDOT; LAVAL, 2016), que impõe certa “robotização das práticas pedagógicas” por meio da aquisição de novas plataformas digitais pelo estado, com investimentos que custam milhões de reais aos cofres públicos, segundo estudos publicados pelo Grupo Escola Pública e Democracia (Gepud) e pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU), provocando, dentre inúmeras consequências, a descaracterização do trabalho do professor ao reduzir sua autonomia e direcioná-lo a uma atividade laboral mecânica e acrítica.

Diante disso, objetivamos suscitar reflexões a partir de levantamentos bibliográficos, estabelecendo diálogos e aproximações conceituais, sobre o processo de plataformização da educação, à luz dos multiletramentos (ROJO, 2012). Nessa esteira, propor análises das implicações trazidas por uma lógica ‘mercadológica’ (DARDOT; LAVAL, 2016) presente nas instituições de ensino estaduais que impõe o cumprimento de tarefas/atividades nas interfaces LEIA SP/Árvore e Redação Paulista, bem como, cotejar as relações trazidas por Luiz Carlos de Freitas (2012, 2013, 2018) que discute a

intensificação dos processos de reformas e regulação das políticas públicas. Para tanto, nos basearemos na concepção de linguagem e gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin (2011) para pensar a (não) efetividade das referidas plataformas, uma vez que estas destinam-se ao exercício do ler e escrever, seja na escola ou fora dela, enquanto atividades que se amoldam à modalidade assíncrona.

Implementadas sob a alegação de “letrar digitalmente”, tais ferramentas ocupam aulas de componentes basilares, a partir da diminuição de disciplinas da formação geral básica — a exemplo de História, Geografia, Sociologia e Filosofia —, que desde 2024 sofrem diminuição da carga horária com a reformulação do Novo Ensino Médio, a partir da Lei 14.945/2024. Outrossim, a aderência a estes dispositivos, se respaldam na justificativa da inovação tecnológica, da promoção de uma educação alinhada aos letramentos contemporâneos e colocada pela SEDUC como uma “solução digital” na promoção da prática de leitura e atividades pedagógicas.

Desse modo, o cerceamento a práticas docentes mais autônomas se fortalece, trazendo inquietações: Como estes instrumentos protagonizam controle ao invés de apoio pedagógico? Há possibilidade de (re)construir uma política de educação — apoiada por usos plataformizados —, mas que esteja voltada aos letramentos e à emancipação dos sujeitos?

Em meio a estas incertezas, considerar-se-á também, desgastes pelo estabelecimento de rotinas escolares focadas em indicadores de acesso e permanência nestas ambiências, das quais emergem tensões entre os atores na escola: docentes-discentes-gestores, na centralidade de esforços ao atendimento de “desempenhos” quantificáveis, explicitados no Painel *Super BI (Business Intelligence)*, mecanismo a serviço do controle de condutas, vigilância e sanções na rede de ensino que atualiza uma pedagogia tecnicista (SAVIANI *apud* FREITAS, 2012, p. 383), sustentada pelo tripé ‘responsabilização-meritocracia-privatização’. Para o autor, a “teoria da responsabilização” e seus mecanismos — controle do processo, bonificações e punições —, é o chamado ‘neotecnicismo’, operado a partir do avanço das ciências da informação e de sistemas, presentes nas redes de ensino públicas hodiernamente.

Diálogos teóricos: o pensamento bakhtiniano sobre a linguagem e o neoliberalismo das plataformas

Na obra *“Estética da criação verbal”* de Mikhail Bakhtin (2011), o exercício da linguagem é entendido como um instrumento de interação, manifestado a partir de enunciados únicos que nos conectam com a realidade. Para o autor, os sujeitos se constituem na/pela linguagem, enquanto um fenômeno social situado historicamente e não apenas um conjunto de signos decodificáveis. Isto posto, a aula assume um caráter único: um “acontecimento de linguagem”, vista como um gênero discursivo, aberta e construída por múltiplas vozes, ainda que conte com um planejamento prévio, ela se (re) modela em desenvolvimento e se configura em ato. A considerar esta perspectiva, torna-se inviável pensar ferramentas que encerram e reduzem o caráter flexível e dialógico do enunciado, da aula, do ato de

linguagem, como o proposto pelas chamadas “ferramentas de apoio à aprendizagem”: as plataformas e os materiais digitais (*slides*) da SEDUC. Objetos estes, recortados e formulados a partir de um “estreitamento curricular” (FREITAS, 2012), colocados como “norteadores” do trabalho pedagógico, mas sob controle de usos sistematizados, abafando o surgimento de outras vozes na cadeia discursiva.

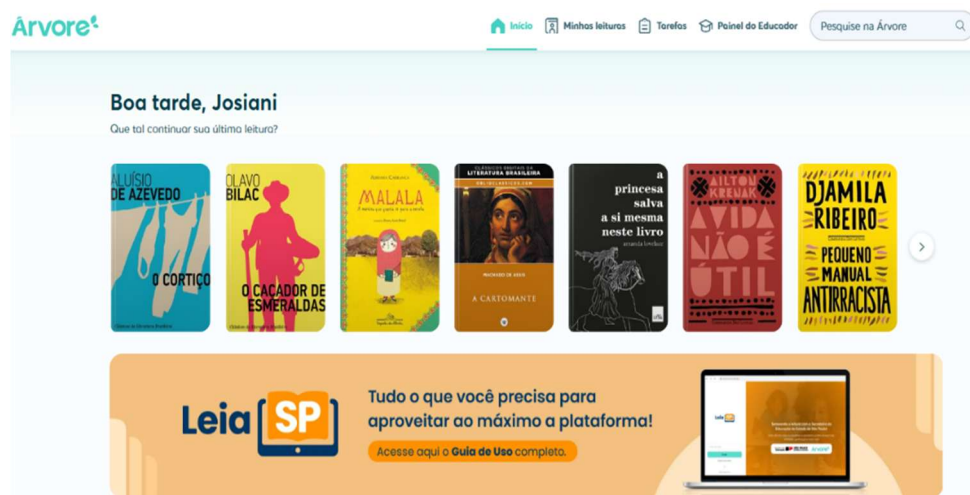
A partir da onda neoliberal (LAVAL, 2019), as plataformas educacionais se constituem como “produtos” vendáveis, formatados como resposta e solução a um “fracasso escolar” produzido. Nessa perspectiva, o acesso ao conhecimento ou à escola, deixa de ser um direito social e passa a ser um serviço, submetido às leis da livre concorrência de mercado:

A representação da educação dada pelo neoliberalismo pode parecer de uma simplicidade bíblica: como toda a atividade, pode ser aproximada a um **mercado concorrencial**, no qual empresas ou quase empresas especializadas na produção de **serviços educacionais**, submetidas aos imperativos do rendimento, têm a finalidade de atender aos desejos de indivíduos livres em suas escolhas mediante o **fornecimento de mercadorias** ou quase mercadorias. (Laval, 2019, p.109, grifos nossos).

Nesse sentido, é possível estreitar diálogos entre os postulados de Bakhtin, (2011) acerca da linguagem, com as reflexões do capitalismo e neoliberalismo contemporâneos propostas por Laval (2019). O primeiro, concebe a linguagem enquanto um ato de interação vivencial, o segundo questiona como o neoliberalismo oferta e regula essa interação, mediatizada por seus produtos, transformando a relação entre os sujeitos na escola numa mercadoria, regida pelas demandas do mercado, logo, com foco em desempenho e resultados.

De forma breve, as plataformas presentes no painel Escola Total, alcançam o número de 31 dispositivos, subdividindo-se nas categorias: a) controle do trabalho pedagógico; b) apoio à gestão da rede; c) conteúdo didático-pedagógico; d) avaliações em larga escala, e, e) outras. No âmbito da área de linguagens, consideraremos aqui de forma um pouco mais atenta duas delas: Leia SP/Árvore e Redação Paulista que integram as categorias *c* e *d*, respectivamente. Enquanto “produtos” que substituem a interação “professor-estudante”, resumidamente, a primeira propõe uma arquitetura “gamificada” ao congregar obras da literatura em formato digital, com perguntas distribuídas no decorrer da leitura. Seu caráter de “gamificação” restringe-se a alertas sonoros ao responder as perguntas e ao seu *layout* clicável e navegável.

Figura 1- Layout inicial da Plataforma Árvore/Leia SP



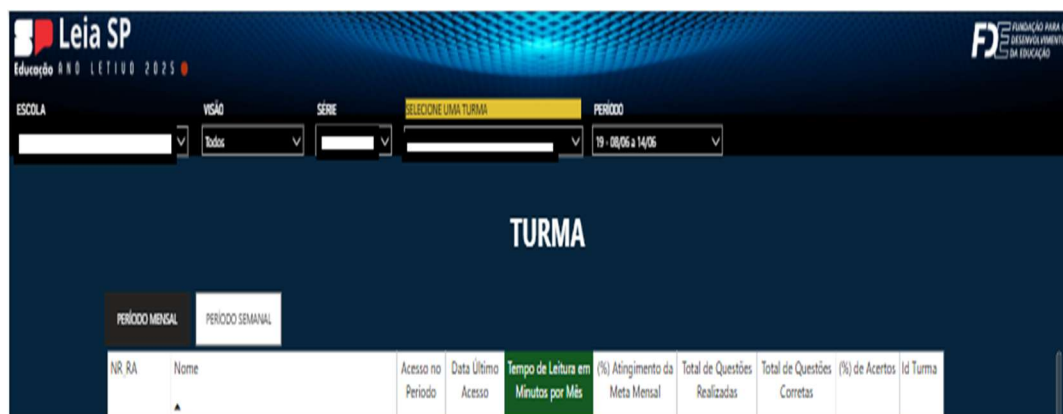
Fonte: Print da página <https://livros.arvore.com.br/biblioteca/ler/livros>

Na figura 1, podemos observar a página inicial da Plataforma Árvore do programa Leia SP (visão pedagógica), com a apresentação das capas/títulos de obras relevantes da literatura brasileira e estrangeira que compõem o acervo digital. Entretanto, nenhum tipo de consulta aos estudantes e docentes da rede são realizadas para o processo destas seleções literárias. Não raro, algumas obras da coletânea digital são retiradas da plataforma sob a alegação de “conter temas sensíveis”, mesmo após curadorias e validações de especialistas, causando interrupções e não cômputo dos progressos de leitura.

No vigente ano de 2025, professores da rede foram indicados por suas respectivas diretorias, a integrarem a ação da SEDUC intitulada “Embaixadores Leia SP”, com a incumbência de elaborarem questões objetivas para as obras do acervo digital, de forma voluntária. Tais perguntas geram indicadores que se somam aos dados de navegação compilados no painel BI Educação/aba Leia SP, e se estruturam em critérios exclusivamente quantificáveis: a) acesso no período; b) data do último acesso; c) tempo de leitura em minutos; d) (%) atingimento da meta mensal; e) total de questões realizadas; f) total de questões corretas e g) (%) de acertos. Assim, se estabelece uma espécie de *ranking* de desempenho, convertidos em “faróis” (verde-amarelo-vermelho) e monitorados por meio de relatórios com diferentes filtros de consulta, conforme perfil de acessado.

O controle e acompanhamento sistematizado destas metas, desconsidera o ritmo de leitura dos sujeitos, seus interesses de leitura, as possíveis interrupções para discussão das obras, o interdiscurso e as relações dialógicas, níveis de letramento, culturas de referência dos sujeitos, especificidades dos estudantes elegíveis da educação especial, aparato tecnológico e acesso à internet disponíveis, sem aprofundar questões de vulnerabilidade social em dada comunidade que incidem diretamente neste contexto. O ritmo imposto para o atingimento de metas torna o procedimento de leitura extremamente “robotizado”, logo, não significativo.

Figura 2- Layout Painel BI Educação/Leia SP

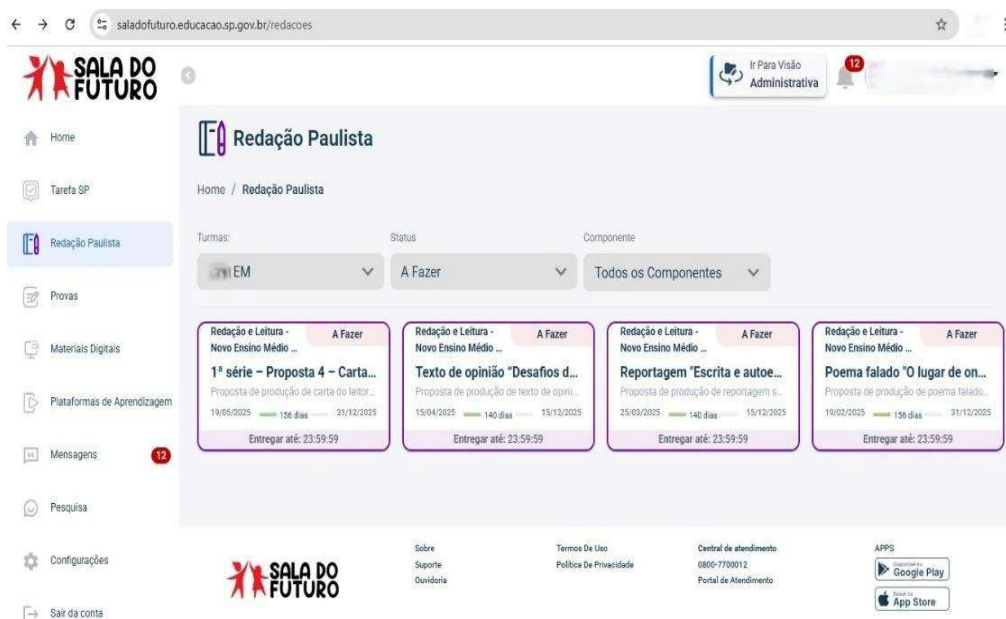


Fonte: <https://escolatotal.educacao.sp.gov.br/Inicio/Home#escola-total/perfil professor>

Nesse sentido, além das coerções governamentais e dos interesses de mercado provedores de tais dispositivos (FREITAS, 2018), entram em cena a multiplicidade cultural e semiótica dos textos, promovendo tensões e influências nas condutas didático-pedagógicas dos atores na esfera escolar. O embate consiste na maneira como estes instrumentos vêm sendo geridos, na medida em que se intensifica o controle do trabalho docente, sob o pretexto da ‘qualidade pedagógica’ centrada em ‘acesso e permanência’, negligenciando as dimensões supracitadas.

Já a plataforma Redação Paulista, configura-se, basicamente, como uma janela/espço onde são vinculados textos de apoio e campos para digitação das produções autorais dos estudantes. Ao planejar a aula, o professor precisa lidar com esses ditames e dialogar com os objetos de estudo da linguagem, sendo orientado pelo denominado “Material Digital/Repositório- Centro de Mídias” (SEDUC), após a apropriação de um plano pronto de práticas de leitura e escrita, num complexo fluxo que envolve ‘tempo-performance-resultados’. Este material é inserido sob a intenção de ‘qualificar’ a aula e fomentar projetos de escrita, contudo, propostas descoladas de usos de língua reais e situados (ROJO, 2012), os quais, muitas vezes privilegia leituras canônicas em detrimento de textos/gêneros literários pertencentes a uma cultura não hegemônica, literatura de massa ou periférica.

Figura 2- Visão da “Plataforma Redação Paulista”/Sala do Futuro



Fonte: <https://saladofuturoprofessor.educacao.sp.gov.br/acesso> em: 01 ago. 2025.

Os gêneros e temas das redações também são determinados, sem possibilidade de escolha ou indicação pelos estudantes ou professores. Depois da publicação na plataforma, a primeira correção é automática, feita por Inteligência Artificial (IA), mas o professor precisa ponderar a nota atribuída, assim como as rubricas inseridas artificialmente, numa etapa de correção e revisão *on line*, seguida da devolutiva e conclusão do processo.

Outrossim, a delimitação de gêneros e temas nas redações, se assemelha ao que Bonamino & Sousa (2012) verifica com os resultados das avaliações em larga escala: um “estreitamento curricular”, com reforço no “treino” para um tipo de atividade/teste específico. A ausência de textos multimodais nas propostas — que envolvam semioses verbais, visuais e sonoras, comuns na esfera digital ou midiáticas: *podcast*, *videominuto*, *fanfics*, *fanzines*, *HQs*, *vlog*, *memes*, *seminários*, *debates* entre outros —, ocorre porque a publicação destas produções é inviabilizada, afinal trata-se de um repositório formatado para congregar textos de uma única base semiótica (verbal). Outro desafio enfrentado pelos professores de Redação é a gestão do tempo: trabalhar presencialmente, *a priori*, na mediação da 1ª versão escrita em papel, numa relação “analógica” com os sujeitos, na oferta de apoio ostensivo (acompanhamento-revisão-correção), seguida da etapa de publicação da versão corrigida na plataforma, para finalmente iniciar os procedimentos de correção *on line*, que em geral, não se dá durante seu horário na escola, seja nos momentos de hora-atividade, (APDs), ou reuniões pedagógicas, uma vez que tais espaços, muitas vezes são preenchidos por *lives* ou formações. Em suma, as plataformas que surgem em razão do ensino remoto, mantiveram-se com a retomada das aulas presenciais pós-pandemia e avolumaram as demandas do trabalho docente, adentrando sua vida privada.

As plataformas como repositórios de redações e livros: alguns apontamentos

É verificável que as plataformas LeiaSP e Redação Paulista figuram apenas como repositórios de produções de textos e livros em suas versões digitais, não implicando na transformação de conteúdos, enquanto recursos priorizados na aula. Logo, dependem de uma mediação pedagógica intencional e crítica, com vistas à leitura das necessidades dos estudantes. Caracterizam-se como ferramentas de apoio, utilitárias a um projeto de leitura e escrita mais amplo e significativo, aberto a escolhas dos sujeitos na escola. Suas inserções como dispositivos tecnológicos de uso obrigatório e monitorado conduzem a práticas de linguagens meramente funcionais, que postulam o atingimento de um resultado, desprezando o processo criativo percorrido, pois não se verifica por exemplo, os efeitos provocados por uma leitura, as impressões de leitura, a finalidade das produções vinculada a um desafio ou vivências locais, ou, a multiplicação destes textos, seja por meio de exposições em murais (físicos ou digitais), jornal da escola, enfim, práticas que evidenciem as transformações ocorridas na comunidade de leitores após a fruição de dado conteúdo temático-literário.

Aqui pontuamos o possível caráter funcionalista/copista do exercício da linguagem que a plataforma Redação Paulista tem estabelecido, produzindo uma espécie de “treino de digitação”, com forte inclinação à utilização, pelos discentes, de recursos de construção textual ao estilo “*copilot*” ou de sites como o “*Chat GPT*”, enquanto subterfúgio para uma resposta mais ágil, mediante a conclusão de inúmeras tarefas plataformizadas que se sobrepõem na rotina dos estudantes. A submissão a roteiros prontos elaborados pela SEDUC cria um ambiente contrário ao da concepção bakhtiniana de linguagem, que entende a aula como um acontecimento, um enunciado/evento “único e irrepetível”. Para Bakhtin (2011, p.401) “O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo”. Em outras palavras, a aula está sujeita as contribuições contextuais, do diálogo com o texto, do diálogo entre os leitores e das inúmeras possibilidades interdiscursivas imbricadas neste ato. É justamente nesse sentido que se resiste à “pedagogia dos slides”, de produtos/roteiros inflexíveis, pois não consideram esta perspectiva.

É válido destacar que as mídias e suas tecnologias possibilitam novas formas de interações sociais e com elas novos gêneros surgem, por isso a relevância de uma educação midiaticizada, integrada a ambientes nos quais tais gêneros circulam. Contudo, como sinaliza Rojo (2012), a utilização de plataformas “gamificadas” no processo educativo, não implica, necessariamente, no desenvolvimento dos multiletramentos, que requer mais do que uma competência técnica ou um conhecimento operacional, em síntese, os sujeitos precisam transformar o que foi aprendido e produzir novos significados:

Trabalhar com **multiletramentos** pode ou não envolver (normalmente envolverá) o **uso de novas tecnologias** de comunicação e de informação (“novos letramentos”), mas caracteriza-se como um **trabalho que parte das culturas de referência do alunado** (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático- envolvendo

agência- de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos, valorizados ou desvalorizados.” (ROJO, 2012, p.8, grifos nossos).

Ademais, na contramão do que confere a lei em seu art. 206 da Constituição Federal de 1988 [incisos II e III: liberdade de cátedra e pluralismo de ideias e concepções pedagógicas], que trata da liberdade acadêmica, a política de plataformização descaracteriza o exercício essencial do professor, sua autonomia no que se refere ao planejamento e desenvolvimento das aulas e currículo, além das especificidades no que tange ao ensino de língua/linguagem.

Deve-se considerar a valia destas ferramentas para a promoção de ‘algum letramento’, mas sempre a partir de uma condução autônoma que traga em cena outros letramentos, numa cadeia discursiva ininterrupta (BAKHTIN, 2011). A utilização mecanizada — tal qual se observa — condiciona o ‘fazer docente’, que se empenha no atendimento de suas respectivas demandas e metas, por fim, oblitera a dimensão qualitativa, e por assim dizer, humana do processo ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Propomos com este trabalho, pensar o processo de plataformização com ênfase nas ferramentas voltadas ao ensino da língua/linguagem (Leia SP e Redação Paulista) na rede estadual paulista, ciente de que esta é uma discussão com levantamentos e resultados preliminares diante da vasta seara emergente hoje, principalmente no que tange aos estudos linguísticos, multimidiáticos e multiletrados, atravessados por um contexto de políticas públicas educacionais operadas por ditames tecnológicos associados à *accountability* (FREITAS, 2013). A atividade empresarial, outrora, bastante presente no campo da avaliação, agora se apodera dos conteúdos pedagógicos, e para além destes, materializando e transformando em produtos as relações pedagógicas inerentes à ação docente, ao convívio multicultural, com suas nuances e contradições. Freitas (2013), já apontava para um cenário onde as empresas se dispõem a “consertar” a educação, agindo vorazmente na escola, enxergando-a como um promissor mercado, sobrepondo-se, em muitos casos, a leis mais amplas, aos Projetos-Políticos-Pedagógicos e seus regimentos.

O volume de dados gerados pelos “*clicks*” e inserções de docentes e discentes nestas ambiências plataformizadas, além dos dispositivos de avaliação institucional (Avaliação 360 estendida à toda rede) configuram ‘pegadas’ de responsabilização, que se voltam contra professores e gestores, números usados para justificar medidas e novas resoluções, posicionando profissionais em “faróis”, que apenas reforçam a desvalorização e desmoralização docente perante a opinião pública e a desconfiança sobre o potencial de nossas redes de ensino.

O esforço no sentido de padronizar o processo, instaurado pela plataformização, é ineficaz sem a mediação e autonomia docente, haja vista a impossibilidade da padronização do fluxo da aprendizagem. O controle dos passos pedagógicos dos professores e estudantes só afasta a criatividade dos sujeitos, provoca cansaço e a tendência à performatividade, artificializando as situações de aprendizagens.

Finalmente, temos que reiterar o que já foi anunciado por Freitas (2013, p.348-365), “não dá para pôr a política na praça e só depois ir atrás da evidência empírica”.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, J. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educação & Sociedade, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6ª edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M.M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo. Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M.M. **Para uma filosofia do ato responsável**. [Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 155p.
- BAKHTIN/VOLOCHÍNOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BONAMINO, A.; SOUZA, S.Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n.2, p. 373-388, 2012.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília. MEC: 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 ago. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, L.C. **Os Reformadores Empresariais Da Educação: Da Desmoralização Do Magistério à Destruição Do Sistema Público de Educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.
- FREITAS, L.C. **Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 348-365, jan./abr. 2013.
- FREITAS, L.C. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018 (p.13-48).
- GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. **Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista** [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br/manifestacoes.html.
- GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]. **Plataformização da Educação de São Paulo: morte da Escola Pública?** [Editorial]. São Paulo: Gepud, abr. 2024. Disponível em: http://www.gepud.com.br/pdf/Plataformização da Educação_Abril_2024.pdf.
- GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]. **“Avaliação 360”: mais um mecanismo de controle e punição na educação pública paulista?** [Editorial]. Gepud, jul. 2025 [Editorial]. São Paulo. Disponível em: https://www.gepud.com.br/pdf/Editorial_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20360.pdf. Acesso: ago, 2025

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataca ao ensino público**. Tradução: Mariana Echalar. -1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMKE, J. **Letramento metamidiático: Transformando significados e mídias**. Trabalhos em Linguística Aplicada, vol. 49/2. Campinas, SP: DLA/IEL/UNICAMP, 2010, p. 455-479. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/pBy7nwSdz6nNy98ZMT9Ddfs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12-04-21.

MALDONADO, Luís Renato Silva; JACOMINI, Márcia Aparecida. **Da secretaria escolar digital ao business intelligence total: plataformização na rede estadual paulista**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 41, e140507, 2025. <https://doi.org/10.21573/vol41n12025.140507>

PAULA, L. de; LUCIANO, J.A.R. **A filosofia da linguagem bakhtiniana: concepção verbivocovisual**. Revista Diálogos. Edição v. 8, n.3, set./dez.- 2020a. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/10039>. Acesso em: 10-12-2020. p. 131-150.

ROJO, R. H. R. **Pedagogia dos Multiletramentos: Diversidade cultural e de linguagens na escola**”. In: ROJO, R. H. R. ; MOURA, E. (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012, p. 11- 32.

ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.) **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: **Escola conectada, os multiletramentos e as Tics**. São Paulo, Parábola Editorial, 2013. p.p. 13-36.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Ed.42- Campinas, SP: Autores associados, 2012.

SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO [SEDUC-SP]. **Nota Técnica-Pedagógica: Acervo de livros digitais (e-books, audiobooks) para a composição do acervo do projeto Leia SP**. 2023d. Disponível em: www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=71839661-5779. Acesso em: 19 jul. 2025

SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO [SEDUC-SP]. **Nota Técnica-Pedagógica: Plataforma de Leitura**. 2023f. Disponível em: www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=71430027-5186. Acesso em: 19 jul. 2025.